

2º SIMULADO

PM SE – POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE

OFICIAL (PÓS-EDITAL)

Duração: 5h

Leia atentamente as instruções abaixo:

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este Caderno, com 60 (sessenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

ÁREA DE CONHECIMENTO						
LÍNGUA PORTUGUESA	DIREITOS HUMANOS	INFORMÁTICA	RACIOCÍNIO LÓGICO	DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITO PENAL	LEGISLAÇÃO ESPECIAL
1 A 10	11 A 20	21 A 25	26 A 30	31 A 35	36 A 40	41 A 60

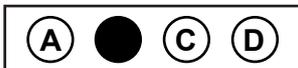
b) Um Cartão de Respostas destinado às respostas das questões objetivas.

02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, número de inscrição e letra da prova conferem com os que aparecem no Cartão de Respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do Cartão de Respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.

04 No Cartão de Respostas, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo:



05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 (quatro) alternativas classificadas com as letras (A, B, C e D), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06 Somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato poderá entregar seu Cartão de Respostas, seu Caderno de Questões e retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência declarando sua desistência do Concurso, que será lavrado pelo Coordenador de Local.

07 Ao candidato, será permitido usar seu CADERNO DE QUESTÕES faltando no máximo uma hora para o término da prova e desde que permaneça em sala até esse momento.

08 Não será permitida a saída do candidato do local de prova. Ao terminar a prova de Conhecimentos, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o seu CARTÃO DE RESPOSTAS e o seu CADERNO DE QUESTÕES, ressalvado o estabelecido no item 07.

09 Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu Cartão de Respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões não serão levados em consideração.

10 Os 3 (três) últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluíam a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

Transcreva a frase abaixo para o quadro “Exame Grafotécnico” do seu Cartão de Respostas:

“Eu sou imparável!”



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



**DIRETORIA DE PRODUÇÃO EDUCACIONAL
PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS**

FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2412203392M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

PM SE – Polícia Militar do Estado de Sergipe
PM SE

CARGO:

Oficial

MODELO/BANCA:

INSTITUTO SELECON

EDITAL:

(Pós-Edital)

DATA DE APLICAÇÃO:

12/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

12/2024

PM SE – 2º SIMULADO – OFICIAL (PÓS-EDITAL) –
2412203392M

DIREITO CONSTITUCIONAL
Ricardo Blanco

1. Assinale a opção incorreta em relação à administração pública.

- A) É legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.
- B) Os cargos políticos são caracterizados não apenas por serem de livre nomeação ou exoneração, fundadas na fidúcia, mas também por seus titulares serem detentores de um múnus governamental decorrente da CF, não estando os seus ocupantes enquadrados na classificação de agentes administrativos. Em hipóteses que atinjam ocupantes de cargos políticos, a configuração do nepotismo deve ser analisado caso a caso, a fim de se verificar eventual “troca de favores” ou fraude a lei. Decisão judicial que anula ato de nomeação para cargo político apenas com fundamento na relação de parentesco estabelecida entre o nomeado e o chefe do Poder Executivo, em todas as esferas da Federação, diverge do entendimento da Suprema Corte consubstanciado na Súmula Vinculante n. 13.
- C) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- D) É admissível, por ato administrativo, restringir, em razão da idade, inscrição em concurso para cargo público.

2. Assinale a opção incorreta em relação à administração pública.

- A) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- B) Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação.
- C) É constitucional dispositivo de Constituição estadual que permite transposição, absorção ou aproveitamento de empregado público no quadro estatutário da administração pública estadual sem prévia aprovação em concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal.”
- D) É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata aprovada nas provas escritas que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.

3. Assinale a opção incorreta em relação ao mandado de segurança.

- A) O mandado de segurança é substitutivo de ação de cobrança.
- B) Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.
- C) Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.
- D) Não cabe mandado de segurança contra lei em tese.

4. São características dos direitos sociais, exceto:

- A) os direitos sociais são direitos de primeira geração.
- B) a reserva do possível pode ser invocada para a implementação total dos direitos sociais.
- C) os direitos sociais asseguram a isonomia material.
- D) os direitos sociais podem ser questionados no Judiciário, no caso de omissão do Estado.

5. Sobre as características dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- A) Os direitos de primeira geração são considerados prestações positivas do Estado.
- B) Os direitos sociais são direitos de terceira geração.
- C) Os direitos de segunda geração são marcados por uma abstenção do Estado.
- D) Os direitos sociais dependem de disponibilidade financeira para a sua implementação total.

6. Segundo a Constituição Federal, são privativos de brasileiro nato os cargos, exceto:

- A) de Presidente e Vice-Presidente da República.
- B) de Presidente da Câmara dos Deputados.
- C) de Presidente do Senado Federal.
- D) de oficial da Polícia Militar.

7. Sobre os direitos políticos, assinale a opção incorreta.

- A) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- B) O Presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal, os prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
- C) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- D) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a justiça comum no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

DIREITO PENAL MILITAR
Cícero Coimbra

8. Na aplicação da lei penal militar, considera-se praticado o crime:

- A) no momento do resultado.
- B) no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado.
- C) no momento da ação e do resultado.
- D) no momento da omissão e do resultado.

9. A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente:

- A) não se aplica retroativamente.
- B) aplica-se retroativamente, desde que já não tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.
- C) aplica-se retroativamente, exceto no momento da execução da pena.
- D) aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

10. No interior de um quartel da Polícia Militar, um militar da ativa, de folga, pratica contra um civil, empregado de uma empresa terceirizada, sem a sua anuência, ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia, tendo sua conduta subsumida no crime de importunação sexual, do art. 215-A Código Penal comum. Neste caso:

- A) haverá crime comum, pois não há o crime de importunação sexual tipificado na parte especial do Código Penal Militar.
- B) não haverá crime militar, pois o autor do fato não estava em serviço.
- C) haverá crime comum, pois a Justiça Militar não processa e julga crimes contra a dignidade sexual.
- D) haverá crime militar, pois é considerado crime militar, também, aquele previsto na legislação penal comum, quando praticado por militar da ativa contra civil, militar da reserva ou militar reformado, em lugar sujeito à administração militar.

11. No direito penal militar, o menor de 18 anos:

- A) é penalmente inimputável, ficando sujeito às normas estabelecidas na legislação especial.
- B) é penalmente imputável, desde que, já tendo completado dezesseis anos, revele suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento, caso em que a pena aplicável será diminuída de um terço até a metade.

C) é penalmente imputável, desde que, já tendo completado quatorze anos, revele suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento, caso em que a pena aplicável será diminuída de um terço até a metade.

D) é penalmente imputável, desde que, já tendo completado dezesseis anos, revele suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento, caso em que a pena aplicável será diminuída de um até dois terços.

12. Nos termos do Código Penal Militar, o agente que, voluntariamente, impede que o resultado se produza:

- A) responderá pelo crime consumado, prestigiando-se o desvalor da ação.
- B) apenas responderá pelos atos já praticados.
- C) responderá pelo crime que desejava praticar, sob a forma tentada.
- D) responderá pelo crime consumado, prestigiando-se o desvalor da intenção inicial.

13. Juca, policial militar da ativa na graduação de cabo, dá um soco no rosto do 1º tenente Chaves, conhecendo a sua condição de superior hierárquico, sem, no entanto, restar, da conduta, lesão corporal na vítima. Neste caso, Juca:

- A) praticou crime de lesão corporal tentada.
- B) praticou crime de violência contra militar de serviço.
- C) praticou apenas transgressão disciplinar, pois não restou lesão corporal efetivamente.
- D) praticou crime de violência contra superior.

14. Três policiais militares da ativa, de comum acordo, reúnem-se, sem armas, e ocupam uma companhia de um determinado Batalhão de Policiamento, em protesto por melhores salários. Neste caso:

- A) não há conduta ilícita, pois reivindicar melhores salários, mesmo por greve, ocupação de instalações etc., é um direito de todos, inclusive de militares da ativa.
- B) haverá crime de motim.
- C) haverá crime de revolta.
- D) não haverá crime de motim, pois seria necessário, no mínimo, a reunião de quatro militares da ativa.

DIREITO PENAL
Pâmella Thayná

15. Thiago, andando pela via, percebeu que vinha um cão bravo em sua direção, prestes a atacá-lo. Na ocasião, sacou sua arma e disparou contra o cachorro, que faleceu na hora. Nessa situação hipotética, a conduta de Thiago:

- A) é atípica.
- B) é típica, mas tem sua ilicitude excluída pela legítima defesa.
- C) está amparada pela excludente de ilicitude do estado de necessidade.
- D) é típica, ilícita, mas Thiago não é culpável em razão da inexigibilidade de conduta diversa.

16. Caíque e José praticaram crime em concurso de pessoas, foram processados, julgados e condenados. Caíque teve sua pena privativa de liberdade convertida em restritiva de direitos, mas José, por ser reincidente, teve imposta a pena privativa de liberdade. Em relação aos direitos políticos dos agentes, é correto afirmar que:

- A) ambos terão seus direitos políticos cassados.
- B) apenas José terá seus direitos políticos suspensos.
- C) Caíque perderá seus direitos políticos.
- D) os direitos políticos de Caíque e de José permanecerão suspensos enquanto durarem os efeitos da condenação.

17. João é acusado de furto de sinal de TV por assinatura, pois instalou, em sua residência, um aparelho clandestino para captar o sinal de televisão por assinatura sem realizar o devido pagamento à operadora. Com base na situação hipotética e no entendimento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta.

- A) A conduta de João caracteriza crime de furto, pois a captação de sinal de TV por assinatura é equiparada ao furto de energia elétrica.
- B) A captação clandestina de sinal de TV por assinatura não configura crime de furto, por ser vedado utilizar analogia *in malam partem* no direito penal.
- C) O STJ equiparou a captação clandestina de sinal de TV ao furto qualificado, já que envolve fraude na obtenção de bens alheios.
- D) A conduta é atípica e não gera qualquer consequência jurídica, pois não há previsão legal para punir a captação de sinal de TV.

18. Cairo, estudante universitário, durante uma discussão com seu professor, desferiu um soco que fez Renato – o professor – cair, bater a cabeça e desmaiar. Laudos periciais constataram que Renato sofreu Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), com alteração permanente da personalidade. Considerando o entendimento da jurisprudência, é correto afirmar que:

- A) a alteração permanente da personalidade pode ser considerada como uma deformidade permanente caracterizadora do crime de lesão corporal gravíssima.
- B) a qualificadora pela deformidade permanente abrange danos físicos e mentais.
- C) o crime de lesão corporal, no seu tipo fundamental, abarca tanto o dano físico quanto o dano à saúde mental.
- D) o crime de lesão corporal protege apenas a integridade física do indivíduo.

19. João e Pedro ingressaram na residência de Caio a fim de furtar a bicicleta que estava na garagem. Quando já estavam dentro da residência de Caio, viram uma viatura da Polícia Militar passar e, atemorizados pelo flagrante, decidiram fugir. Sobre essa situação hipotética, é correto afirmar que:

- A) João e Pedro praticaram furto tentado.
- B) por terem fugido do local antes de subtraírem a bicicleta, há incidência da desistência voluntária e os agentes só respondem pelos atos até então praticados.
- C) a fuga dos agentes não interfere na consumação do crime de furto.
- D) o rompimento do cadeado configurou ato preparatório do crime de furto.

20. Marcelo, encantado pela beleza de Mário, se aproxima, acaricia o corpo de Mário e o convida para um encontro. Mário, irritado com a abordagem invasiva, ordenou que Marcelo se afastasse. Nessa situação hipotética, a conduta de Marcelo é tipificada como:

- A) importunação sexual.
- B) estupro.
- C) fato atípico.
- D) assédio sexual.

21. Carlos, acreditando que poderia pagar o IPTU no guichê da repartição, entregou o valor diretamente ao servidor João. Ciente do erro e de que o pagamento deveria ser feito no banco, João aceitou o dinheiro e apropriou-se dele. A conduta de João configura:

- A) furto.
- B) peculato de apropriação.
- C) estelionato.
- D) peculato mediante erro de outrem.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR
Cícero Coimbra

22. Nos casos concretos, se houver divergência entre as normas do Código de Processo Penal Militar e as de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário:

- A) prevalecerão as normas do Código de Processo Penal Militar.
- B) prevalecerão as editadas por último.
- C) o juiz escolherá livremente qual norma aplicar.
- D) prevalecerão as normas de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário.

23. No exercício da polícia judiciária militar, caso o indiciado seja oficial da reserva ou reformado:

- A) não prevalece, para a delegação, a antiguidade de posto.
- B) prevalece, para a delegação, a antiguidade de posto.
- C) deverá a polícia judiciária ser exercida por autoridade civil.
- D) será impossível o exercício da polícia judiciária militar.

24. Avaliando o disposto no Código de Processo Penal Militar e no Código Penal Militar, pode-se afirmar que no caso do art. 141 do Código Penal Militar, no crime de “entendimento para gerar conflito ou divergência com o Brasil”, quando o agente for civil e não houver coautor militar, a ação penal depende de requisição:

- A) do Ministério a que o agente estiver subordinado o civil.
- B) do Ministério da Justiça.
- C) do Ministério da Defesa.
- D) do Ministério da Segurança Pública.

25. Em um caso na Justiça Militar do Estado, funciona como advogado no processo o cônjuge do(a) magistrado(a). Neste caso, nos termos do que dispõe o Código de Processo Penal Militar, haverá caso de:

- A) suspeição do magistrado.
- B) litispendência.
- C) incompetência do magistrado.
- D) impedimento do magistrado.

26. No processo penal militar, se o fato narrado não constituir evidentemente crime da competência da Justiça Militar, a denúncia:

- A) será recebida, mas o réu será absolvido.
- B) não será recebida.
- C) será recebida ou não, a livre critério do juiz.
- D) será aditada, após o que poderá ser recebida.

27. Se o juiz reconhecer que o feito sob seu julgamento já foi, quanto ao fato principal, definitivamente julgado por sentença irrecorrível, mandará arquivar a nova denúncia, declarando a razão por que o faz. Quando essa realidade ocorre, está-se diante de uma exceção de:

- A) litispendência.
- B) coisa julgada.
- C) incompetência absoluta do juízo.
- D) suspeição ou impedimento do juízo.

28. O termo de deserção tem o caráter de instrução provisória e destina-se a fornecer os elementos necessários à propositura da ação penal, sujeitando, desde logo, o desertor:

- A) à prisão.
- B) à denúncia.
- C) à exclusão de culpabilidade.
- D) à exclusão da ilicitude.

DIREITO PROCESSUAL PENAL
Pâmella Thayná

29. Clarêncio, delegado de polícia, foi informado de um possível caso de tráfico de pessoas em andamento e, com o objetivo de localizar as vítimas, requisita dados e informações cadastrais das vítimas e dos suspeitos, bem como sinais ou quaisquer outros meios que permitam localizá-los. Considerando o Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- A) Clarêncio pode, por autoridade própria, requisitar das empresas responsáveis os dados cadastrais e a localização da vítima ou dos autores do delito.
- B) a requisição dos meios que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos só pode ser efetuada após autorização judicial.
- C) tanto a requisição dos dados cadastrais quanto da localização da vítima ou dos suspeitos estão sujeitos a autorização judicial.
- D) o Ministério Público deve intermediar a requisição do delegado de polícia e a autorização da autoridade judicial.

30. Carlos, Magno, Juca e Xandy espalharam boatos sobre Mauro na empresa onde trabalham. Os boatos, claramente ofensivos, prejudicaram a imagem de Mauro, que, sentindo-se lesado, decidiu apresentar uma queixa-crime contra os colegas. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- A) Mauro só pode oferecer queixa-crime contra todos os colegas, não podendo excluir nenhum deles, sob pena de caracterizar renúncia ao direito de queixa em relação a todos.
- B) Mauro não pode oferecer queixa-crime, mas pode comunicar o fato à autoridade policial e, posteriormente, representar contra os colegas.
- C) Mauro pode escolher contra quais colegas oferecer a queixa-crime, sem que isso prejudique o prosseguimento do processo em relação aos demais.
- D) Mauro só pode oferecer a queixa-crime após a conclusão de inquérito policial que comprove a materialidade do fato e a autoria.

31. Wesley, morador de Campina Grande (PB), enviou uma mensagem de áudio via WhatsApp com expressões injuriosas contra Clarice, moradora de São Cristóvão (SE). Leonardo, que mora em Aracaju (SE), recebeu o áudio e o encaminhou a Clarice, que estava em Porto de Galinhas (PE) no momento em que tomou ciência do conteúdo. Sentindo-se ofendida, Clarice decidiu oferecer queixa-crime contra Wesley. Com base na situação, o juízo competente para julgar a ação é o do Município de:

- A) Campina Grande.
- B) Aracaju.
- C) São Cristóvão.
- D) Porto de Galinhas.

32. O juiz de direito do estado de Goiás decretou a prisão de Juca e registrou o mandado de prisão no banco de dados do CNJ. Ao ser abordado em Aracaju (SE), Juca foi conduzido à delegacia de polícia para o cumprimento da ordem judicial. Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que a prisão de Juca somente poderia ter sido realizada:

- A) por agentes policiais que atuam no estado de Goiás.
- B) após consulta prévia ao juiz de Aracaju, que deveria validar o cumprimento do mandado em sua jurisdição.
- C) por qualquer agente policial, independentemente de sua jurisdição, devido ao registro do mandado de prisão no banco de dados do CNJ.
- D) se houvesse prévia confirmação do mandado diretamente pelo juiz que o expediu.

33. Tomé, suspeito de ter cometido delito de furto, foi abordado pela polícia militar quando conduzia seu veículo em direção a outro Estado. Suspeitando que o automóvel pudesse conter elementos relacionados ao crime, a polícia decidiu realizar uma busca no interior do carro. Sobre a legalidade da busca veicular, é correto afirmar que:

- A) exige prévia autorização judicial.
- B) só é possível se houver consentimento prévio do proprietário do automóvel.
- C) em regra, é equiparada à busca pessoal.
- D) depende da instauração de inquérito policial.

34. Raimundo está sendo processado por crime de estupro e há indícios de que ele confessou o delito à sua psicóloga durante uma sessão. Considerando o disposto no Código de Processo Penal, é correto afirmar que a psicóloga de Raimundo:

- A) está obrigada a depor como testemunha, pois o caso envolve a confissão de um crime grave.
- B) o juiz poderá liberá-la do dever de sigilo profissional, hipótese em que poderá depor.
- C) não é obrigada a depor, salvo se, desobrigada pelo próprio Raimundo, manifestar vontade de prestar o testemunho.
- D) não pode depor, pois o sigilo profissional é intransponível.

35. A realização da audiência de custódia de Clóvis, preso em flagrante delito pelo cometimento do crime de homicídio qualificado, deve ser realizada:

- A) após quarenta e oito horas do cometimento do delito.
- B) em até vinte e quatro horas após o cometimento do delito.
- C) até quinze dias após o delito.
- D) em até vinte e quatro horas após a realização da prisão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Maria Júlia

36. Em relação à descentralização administrativa:

- A) a descentralização por delegação ocorre exclusivamente por contrato administrativo.
- B) a descentralização por outorga transfere a execução, mas não a titularidade do serviço.
- C) a descentralização por colaboração pode ser revogada unilateralmente pelo poder público.
- D) na descentralização por outorga, há transferência de titularidade do serviço público por meio de lei.

37. Sobre a relação entre administração direta e indireta:

- A) existe hierarquia entre a administração direta e as entidades da Indireta.
- B) as entidades da administração indireta têm autonomia política.
- C) o controle da administração direta sobre a Indireta é chamado de controle finalístico.
- D) a administração direta pode delegar a titularidade do serviço público a entidades privadas.

38. A presunção de legitimidade do ato administrativo implica que:

- A) o ato é inquestionável pelo administrado.
- B) o ônus da prova da ilegalidade recai sobre o administrado.
- C) o ato está isento de controle judicial.
- D) a administração pública é obrigada a provar a regularidade do ato.

39. A ação regressiva do Estado contra o agente público causador de dano:

- A) depende da comprovação de dolo ou culpa do agente.
- B) é inadmissível, pois o agente não responde diretamente ao particular.
- C) pode ser ajuizada mesmo sem a condenação do Estado ao pagamento de indenização.
- D) depende de decisão do particular para ser ajuizada.

40. (Caso hipotético) Um gestor estabeleceu no edital de licitação que somente empresas com sede no município poderiam participar do certame. Esse procedimento:

- A) está de acordo com o princípio da competitividade.
- B) fere os princípios da igualdade e isonomia.
- C) é permitido apenas para licitações de pequeno porte.
- D) está correto se aprovado previamente pelo órgão superior.

41. (Caso hipotético) Uma embaixada brasileira no exterior pretende realizar uma contratação local. De acordo com a Lei n. 14.133/2021:

- A) deve seguir todo o procedimento licitatório estabelecido pela lei, sem exceções.
- B) está dispensada da licitação, independentemente do valor.
- C) deve observar os princípios básicos da Lei, mas pode adotar regulamento próprio devido às peculiaridades locais.
- D) não pode realizar contratações no exterior.

42. Em relação aos sujeitos ativos dos atos de improbidade administrativa, a Lei de Improbidade estabelece que:

- A) apenas servidores públicos estatutários podem ser responsabilizados.
- B) apenas agentes políticos respondem por atos de improbidade.
- C) qualquer pessoa que exerça função pública, mesmo sem remuneração, pode ser responsabilizada.
- D) apenas agentes públicos em funções permanentes podem ser sujeitos ativos.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE
Leonardo Castro

43. De acordo com o disposto na Lei de Crimes de Tortura (Lei n. 9.455/1997), assinale a alternativa correta acerca das condutas que configuram o crime de tortura:

- A) constranger alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa, caracteriza crime de tortura.
- B) submeter alguém a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal, não é considerado tortura, desde que se utilize apenas ameaça sem violência.
- C) o crime de tortura é afiançável, podendo o torturador obter liberdade provisória mediante o pagamento de fiança.
- D) é admissível a concessão de anistia ao condenado por crime de tortura, caso haja previsão específica em lei posterior.

44. De acordo com a Lei que define organização criminosa (Lei n. 12.850/2013), assinale a alternativa correta quanto ao conceito e às consequências legais previstas:

- A) considera-se organização criminosa apenas a associação estruturada de mais de duas pessoas, sem a necessidade de divisão de tarefas, desde que pratiquem infrações penais com penas máximas superiores a 2 anos.
- B) Considera-se organização criminosa a associação de 4 ou mais pessoas com divisão de tarefas, ainda que informal, visando vantagem de qualquer natureza, mediante prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 anos ou de caráter transnacional.
- C) A lei não se aplica a organizações terroristas internacionais, mesmo que seus atos preparatórios ou de execução de atos terroristas possam ocorrer no território brasileiro.
- D) A condenação por integrar organização criminosa não impede a progressão de regime, ainda que haja provas de manutenção do vínculo associativo.

45. De acordo com as disposições apresentadas referentes à assistência e proteção da mulher em situação de violência doméstica e familiar (Lei n. 11.340/2006, Lei Maria da Penha), assinale a alternativa correta.

- A) A mulher em situação de violência doméstica e familiar deve arcar com parte das despesas médicas realizadas no Sistema Único de Saúde (SUS), caso necessite de tratamento em decorrência da violência sofrida.
- B) O juiz poderá determinar a inclusão da mulher em programas assistenciais governamentais, bem como assegurar-lhe acesso prioritário à remoção, se for servidora pública, e a manutenção do vínculo trabalhista por até seis meses, caso precise afastar-se do local de trabalho.
- C) Os custos dos dispositivos de segurança, utilizados em caso de perigo iminente, serão sempre suportados pela própria mulher, independentemente da responsabilidade do agressor.
- D) A mulher em situação de violência doméstica e familiar não possui prioridade para matricular ou transferir seus dependentes para a instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio.

46. De acordo com Lei n. 7.716/1989, assinale a alternativa correta quanto aos crimes e penalidades resultantes de preconceito de raça ou cor:

- A) impedir o acesso de alguém devidamente habilitado a cargo público da Administração Direta não é crime, desde que a restrição ocorra por critério administrativo previamente estabelecido.
- B) recusar ou impedir o acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir ou atender o cliente, é conduta criminosa sujeita à pena de reclusão de um a três anos.
- C) os crimes previstos contra a promoção funcional por motivos de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional não incluem a perda do cargo ou função pública como efeito da condenação.
- D) a lei não prevê qualquer agravante específico caso a vítima do crime seja menor de dezoito anos em situações de impedimento de acesso a instituições de ensino.

47. De acordo com as disposições legais referentes aos crimes envolvendo armas de fogo (Lei n. 10.826/2003), assinale a alternativa correta.

- A) Possuir ou manter sob guarda arma de fogo de uso permitido, sem observância da lei, fora da residência ou do local de trabalho, não configura crime, desde que não ocorra qualquer disparo.
- B) Portar arma de fogo de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal, é crime punido com reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
- C) Disparar arma de fogo em via pública, sem visar à prática de outro crime, é conduta punida com detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.
- D) O comércio ilegal de arma de fogo é punível apenas com multa, não havendo previsão de pena privativa de liberdade.

CONHECIMENTOS GERAIS DO ESTADO DO SERGIPE
Admilson Costa

48. A resistência indígena no território sergipano durante o período da colonização foi marcada por:

- A) alianças estratégicas entre tribos e franceses para conter a expansão portuguesa, que resultaram no fortalecimento das comunidades indígenas frente aos invasores.
- B) a liderança de guerreiros indígenas como Surubi e Pacatuba, que lideraram ataques contra as forças portuguesas até o início do século XVII.
- C) uma organização bélica superior à dos colonizadores, que lhes garantiu o controle efetivo da região até o final do período colonial.
- D) conflitos intensos e contínuos que culminaram na extinção de várias tribos locais, como os tupinambás, após a ofensiva de Cristóvão de Barros.

49. A fundação de São Cristóvão como núcleo inicial da colonização portuguesa em Sergipe destacou-se por:

- A) tornar-se imediatamente o centro administrativo e comercial da capitania, com ampla integração às rotas marítimas de exportação do açúcar.
- B) representar a vitória definitiva dos portugueses contra a resistência indígena e contra a presença francesa no litoral sergipano.
- C) estabelecer uma economia de subsistência autossuficiente, livre da dependência de mão de obra indígena ou africana.
- D) criar o primeiro sistema educacional estruturado da colônia, organizado pelos missionários jesuítas que permaneceram na região.

50. A lentidão da colonização de Sergipe no século XVII é explicada por diversas condições históricas, incluindo:

- A) a forte resistência das tribos indígenas locais, que, aliadas aos holandeses, dificultaram a fixação dos portugueses na região por décadas.
- B) a atuação independente dos criadores de gado, que, após receberem sesmarias, passaram a organizar o território conforme seus próprios interesses, afastando-se do controle da Coroa portuguesa.
- C) o desinteresse econômico da Coroa Portuguesa em investir na capitania de Sergipe, já que as terras eram consideradas inadequadas para a produção agrícola.
- D) o controle total da capitania pela Bahia, que impôs barreiras administrativas ao desenvolvimento autônomo de Sergipe, utilizando-a como mero suporte de transporte de gado.

51. A expansão da economia açucareira na região da Cotinguiba no século XIX foi favorecida por:

- A) solos férteis, especialmente o massapê e o selão, combinados com um sistema sofisticado de irrigação artificial implementado pelos senhores de engenho.
- B) a desorganização da produção açucareira em regiões como as Antilhas e São Domingos, aumentando a demanda pelo açúcar brasileiro.
- C) um modelo de gestão rural inovador, baseado em parcerias com pequenos proprietários que impulsionaram a produtividade regional.
- D) a utilização de técnicas agrícolas avançadas e a mecanização total dos engenhos a partir da segunda metade do século XIX.

52. A atuação de Felisbello Freire como o primeiro governador republicano de Sergipe destacou-se por:

- A) implementar políticas que favoreciam exclusivamente as elites agrárias locais, sem considerar os trabalhadores.
- B) promover uma administração moralizadora, enfrentando oposição por medidas como redução de privilégios e concessões fiscais.
- C) ser amplamente aceito pela imprensa e pelas forças políticas locais, garantindo estabilidade à sua gestão.
- D) iniciar obras de infraestrutura que foram concluídas rapidamente e transformaram o Estado economicamente.

53. A formação cultural de Sergipe reflete um processo histórico de fusão e adaptação de diferentes heranças culturais. Nesse contexto, a dança de São Gonçalo é interpretada como:

- A) um exemplo de como as influências afrodescendentes na região do Cotinguiba resignificaram práticas religiosas de origem europeia, conferindo novos elementos à música e à coreografia.
- B) uma celebração típica sergipana que preserva as características originais da tradição lusa, sem incorporar elementos de outras culturas.
- C) uma manifestação cultural exclusivamente afro-brasileira, que reinterpreto completamente a tradição católica portuguesa para atender às demandas das comunidades rurais.
- D) uma prática religiosa sergipana que manteve sua essência como promessa e devoção a São Gonçalo, mas apresenta variações regionais que refletem diferentes influências culturais.

54. As unidades geomorfológicas de Sergipe apresentam características distintas que influenciam diretamente as atividades humanas no estado. Sobre a planície costeira, é correto afirmar que:

- A) é composta exclusivamente por dunas móveis e fixas, com pouca presença de cordões litorâneos e estuários.
- B) abrange solos predominantemente férteis, como latossolos e argissolos, favorecendo a agricultura intensiva.
- C) apresenta elevada vulnerabilidade ambiental devido ao baixo suporte geotécnico e à fragilidade de seus ecossistemas.
- D) é caracterizada por processos degradacionais superiores aos agradacionais, devido à intensa atividade antrópica.

55. As mesorregiões de Sergipe apresentam diferentes características que refletem a diversidade econômica, climática e social do estado. Sobre essas divisões territoriais, analise as afirmações abaixo:

- A) o agreste sergipano é caracterizado por uma economia diversificada, incluindo agricultura de subsistência, pecuária e pequenas indústrias locais, sendo uma área de transição climática.
- B) a região do leste sergipano destaca-se pela presença de rios temporários, com baixa relevância para a agricultura irrigada e a produção industrial.
- C) o sertão sergipano possui solos predominantemente férteis, favorecendo a produção intensiva de grãos e atividades agrícolas em larga escala.
- D) o baixo São Francisco é conhecido por sua densidade demográfica elevada e pela concentração de atividades industriais voltadas ao setor têxtil.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DA PMSE
Eduardo Galante

56. Relativamente à Lei n. 5.699/2005 – SE, que dispõe sobre o sistema remuneratório dos Servidores Militares do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas, indique a alternativa correta.

- A) Ajuda de Custo é a indenização, em parcela única, destinada ao servidor militar para custear despesas de viagem, de mudança do mobiliário e de instalação, sempre que mudar de sede por interesse do serviço, excetuada a despesa com transporte, e deve ser paga adiantadamente.
- B) No afastamento do cargo para cumprimento de pena privativa de liberdade, decorrente de decisão judicial transitada em julgado, que não implique em perda do posto ou da graduação, é devido ao servidor militar 80% (oitenta por cento) da sua remuneração.
- C) O total dos descontos facultativos não pode ultrapassar 40% (quarenta por cento) da remuneração ou proventos do servidor militar.
- D) Suspende-se temporariamente o direito do servidor militar à remuneração no caso de ultrapassados 03 (três) meses contínuos ou não, a cada 05 (cinco) anos de efetivo exercício, em gozo de licença para tratamento de saúde de pessoa da família.

57. Conforme previsto na Lei n. 2.066/1976 – SE, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Sergipe e dá outras providências, indique a alternativa correta.

- A) O Aspirante-a-Oficial e as demais praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, presumivelmente incapazes de permanecerem como militares da ativa, serão submetidos a Conselho de Justificação ou Conselho de Justiça, conforme previsto no Estatuto da corporação militar.
- B) Compete ao Comandante-Geral da Corporação Militar julgar, em última instância, os processos oriundos dos Conselhos de Disciplina convocados no âmbito das Corporações.
- C) São proibidas quaisquer manifestações coletivas, tanto sobre atos de superiores, quanto as de caráter reivindicatório.
- D) As sanções disciplinares de permanência e suspensão não podem ultrapassar de 10 (dez) e 20 (vinte) dias, respectivamente.

58. Em conformidade com a Lei n. 2.066/1976 – SE, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Sergipe e dá outras providências, indique a alternativa correta.

- A) Os cabos e soldados são, essencialmente, os elementos de apoio à atividade militar.
- B) Os Alunos-Oficiais PM são declarados Aspirantes-a-Oficial PM pelo Governador do Estado.
- C) É uma diretriz da função policial-militar a fé na elevada missão da Polícia Militar.
- D) Comando é a soma de autoridade, deveres e responsabilidades de que o policial-militar é investido legalmente, quando conduz homens ou dirige uma organização policial-militar. O Comando é vinculado ao grau hierárquico e constitui uma prerrogativa impessoal, em cujo exercício o policial-militar se define e se caracteriza como Chefe.

59. Relativamente à Lei n. 7.823/2014 – SE, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado de Sergipe, de que trata a Lei n. 5.216/2003 e estabelece normas correlatas, aponte a alternativa correta.

- A) O preenchimento das vagas de Postos e Graduações Policiais Militares, resultantes da execução ou aplicação desta Lei, deve ser realizado por promoção, por ascensão, por progressão, por admissão mediante concurso público de provas, títulos ou de provas e títulos, ou por incorporação, de acordo com a legislação pertinente, até que se complete o efetivo fixado nesta Lei.
- B) As vagas das Qualificações Policiais Militares Particulares de que trata esta Lei devem ser transferidas para a Qualificação Policial Militar Particular de Músico (QPMP-4), à medida que não haja policiais militares da referida qualificação em condições de ocupá-las.
- C) As vagas constantes do Quadro de Oficiais Capelães (QOCPM) somente devem ser ocupadas por novo integrante quando houver criação de novas vagas ou ocorrer a promoção ao último posto dos atuais oficiais do quadro.
- D) As vagas destinadas provisoriamente aos integrantes do QOCPM passam a ser ocupadas exclusivamente pelos integrantes do QOPEM na medida em que não haja oficial daquele quadro em condições de ocupá-las ou quando houver necessidade devidamente justificada.

60. Nos termos da Lei Complementar n. 360/2022 – SE, que dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Sergipe – SPS/SE, ativos, inativos e pensionistas, em cumprimento ao disposto na Lei Federal n. 13.954/2019, e dá providências correlatas, indique a alternativa correta.

- A) Todo militar estadual é obrigado a fazer sua declaração de beneficiários, que, salvo prova em contrário, terá caráter subsidiário para qualificação dos mesmos à pensão militar.
- B) A pensão militar é deferida em processo de habilitação junto à entidade gestora do SPS/SE, com base no requerimento apresentado pelos beneficiários, na ordem de idade.
- C) A perda da qualidade de segurado importa em recondução dos direitos inerentes a essa qualidade.
- D) Os proventos da inatividade e as pensões militares, por ocasião de sua concessão, devem ser calculados com base no total do subsídio do respectivo militar, no posto ou graduação em que se deu a inatividade, e devem ser reajustados automaticamente, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos segurados em atividade.

61. Nos termos da Lei Complementar n. 291/2017 – SE, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Sergipe – CEDM/SE, e dá outras providências, marque a alternativa correta.

- A) Não haverá punição quando for reconhecida qualquer causa atenuante.
- B) Conforme a natureza, a gradação e as circunstâncias da transgressão, serão aplicáveis as seguintes sanções disciplinares: I – advertência; II – repreensão; III – permanência disciplinar; IV – prestação de serviço extraordinário não remunerado, aplicado alternativamente, na forma prescrita neste código; V – suspensão das atividades militares, por até dez dias; VI – reforma disciplinar; VII – perda do posto e da patente ou graduação do militar da reserva; VIII – demissão, exclusão ou licenciamento a bem da disciplina.
- C) É classificada como uma transgressão disciplinar de natureza média chegar injustificadamente atrasado ao expediente ou a qualquer ato de serviço para o qual se achava escalado.
- D) É classificada como uma transgressão disciplinar de natureza grave usar indevidamente prerrogativa inerente à sua condição de militar estadual.

62. Em conformidade com a Lei n. 3.669/1995 – SE, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Sergipe, marque a alternativa correta.

- A) Batalhões de Polícia Militar (BPM) são Unidades Intermediárias que têm a seu cargo as missões de policiamento administrativo e ostensivo normal, a pé, montado ou motorizado.
- B) O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), órgão de execução da Polícia Militar do Estado, terá como atribuições a formação, o aperfeiçoamento, a extensão e a especialização de praças.
- C) O Comando do Policiamento Militar da Capital (CPMc) e o Comando do Policiamento Militar do Interior (CPMI), considerados escalões intermediários de comando, terão a eles subordinadas operacionalmente as Unidades e Subunidades de Polícia Militar, sediadas na Região Metropolitana de Aracaju e no Interior do Estado, respectivamente.
- D) Companhia de Polícia de Rádio Patrulha (CPRP) é uma Subunidade de apoio estratégico encarregada das missões do policiamento de radiopatrulha e guarda.

REDAÇÃO DISCURSIVA
Letícia Bastos

TEXTO I:

“Vivemos em um mundo onde a velocidade se tornou uma virtude e a paciência, quase um defeito. A cultura do imediatismo tem moldado nossas interações, tanto pessoais quanto profissionais, promovendo a ideia de que tudo deve acontecer de forma instantânea. Essa mentalidade, no entanto, pode minar a qualidade das relações, a profundidade dos vínculos e a capacidade de lidar com desafios que exigem tempo e esforço.”

(TURKLE, Sherry. *Alone Together: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other*. Basic Books, 2011.)

TEXTO II:

“A tecnologia, ao facilitar o acesso rápido a informações e serviços, contribuiu para a ascensão de uma sociedade pautada pela pressa. Contudo, essa aceleração afeta as dinâmicas sociais e profissionais, gerando ansiedade e superficialidade nas interações humanas. No mercado de trabalho, por exemplo, a obsessão por produtividade imediata pode comprometer o aprendizado contínuo e a inovação.”

(ROSA, Hartmut. *Acceleration: A New Theory of Modernity*. Columbia University Press, 2013.)

Sendo os textos acima unicamente motivadores, redija um texto dissertativo-argumentativo acerca do seguinte tema:

O IMPACTO DA CULTURA DO IMEDIATISMO NA CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES SOCIAIS E PROFISSIONAIS NO SÉCULO XXI

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

2º Simulado
PM SE – POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE
OFICIAL (PÓS-EDITAL)

GABARITO											
1.	D	12.	B	23.	A	34.	C	45.	B	56.	A
2.	C	13.	D	24.	B	35.	D	46.	B	57.	C
3.	A	14.	B	25.	D	36.	D	47.	B	58.	D
4.	A	15.	C	26.	B	37.	C	48.	D	59.	B
5.	D	16.	D	27.	B	38.	B	49.	B	60.	D
6.	D	17.	B	28.	A	39.	A	50.	B	61.	B
7.	D	18.	C	29.	B	40.	B	51.	B	62.	C
8.	B	19.	D	30.	A	41.	C	52.	B		
9.	D	20.	A	31.	D	42.	C	53.	D		
10.	D	21.	D	32.	C	43.	A	54.	C		
11.	A	22.	D	33.	C	44.	B	55.	A		

GRAN

GRANXPERTS

O POTENCIAL VOCÊ JÁ TEM.

Nós só precisamos te mostrar,
para juntos correremos rumo
à sua aprovação.

O programa de coaching do Gran é o diferencial na sua preparação. Com ele, você chega mais longe e mais rápido. Nosso time de Xperts está de prontidão para guiar nossos alunos por caminhos em que o estudo é mais pragmático e organizado e o aprendizado vem de forma mais fácil e segura.



PERSONALIZAÇÃO

Seu coach irá te apoiar e direcionar pelos longos e difíceis caminhos do estudo. Com técnicas e táticas personalizadas de acordo com suas necessidades, um plano estratégico de estudos será traçado para que você alcance resultados mais rápidos e satisfatórios.



ACOMPANHAMENTO DE ROTINA

Com planos feitos, resta colocá-los em prática. Com ajuda para gerenciar e desenvolver sua rotina, você consegue ajustar sua jornada diária para que todas as suas necessidades sejam preenchidas ao longo das horas. Principalmente os estudos!



PERCEPÇÃO DE CAPACIDADES

Onde você é muito bom, em que precisa melhorar, quais são seus limites, onde necessita de mais ajuda. Seu coach terá uma percepção clara de como você funciona e como deverá traçar suas metas e objetivos.



MOTIVAÇÃO

Uma batalha travada com amigos ao lado é sempre mais fácil de encarar. Conte sempre com apoio, motivação, suporte, dicas, palavras de ânimo e, se precisar, até puxões de orelha que vão fazer você chegar aonde sempre sonhou.

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero fazer parte do
programa granxperts

PM SE – 2º SIMULADO – OFICIAL (PÓS-EDITAL) –
2412203392M

DIREITO CONSTITUCIONAL
Ricardo Blanco

1. Assinale a opção incorreta em relação à administração pública.

- A) É legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.
- B) Os cargos políticos são caracterizados não apenas por serem de livre nomeação ou exoneração, fundadas na fidúcia, mas também por seus titulares serem detentores de um múnus governamental decorrente da CF, não estando os seus ocupantes enquadrados na classificação de agentes administrativos. Em hipóteses que atinjam ocupantes de cargos políticos, a configuração do nepotismo deve ser analisado caso a caso, a fim de se verificar eventual “troca de favores” ou fraude a lei. Decisão judicial que anula ato de nomeação para cargo político apenas com fundamento na relação de parentesco estabelecida entre o nomeado e o chefe do Poder Executivo, em todas as esferas da Federação, diverge do entendimento da Suprema Corte consubstanciado na Súmula Vinculante n. 13.
- C) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- D) É admissível, por ato administrativo, restringir, em razão da idade, inscrição em concurso para cargo público.

Letra d.

Assunto abordado: Administração pública.

A) Certa.

É legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias. [ARE 652.777, rel. min. Teori Zavascki, j. 23-4-2015, P, DJE de 1º-7-2015, Tema n. 483, com mérito julgado.]

B) Certa.

Os cargos políticos são caracterizados não apenas por serem de livre nomeação ou exoneração, fundadas na fidúcia, mas também por seus titulares serem detentores de um múnus governamental decorrente da CF, não estando os seus ocupantes enquadrados na classificação de agentes administrativos. Em hipóteses que atinjam ocupantes de cargos políticos, a configuração do nepotismo deve ser analisado caso a caso, a fim de se verificar eventual “troca de favores” ou fraude a lei. Decisão judicial que anula ato de nomeação para cargo político apenas com fundamento na relação de parentesco estabelecida entre o nomeado e o chefe do

Poder Executivo, em todas as esferas da Federação, diverge do entendimento da Suprema Corte consubstanciado na Súmula Vinculante n. 13. [Rcl 7.590, rel. min. Dias Toffoli, j. 30-9-2014, 1ª T, DJE de 14-11-2014.]

C) Certa.

Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público. [Súmula Vinculante n. 44.]

D) Errada.

Não é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão da idade, inscrição em concurso para cargo público.

[Súmula n. 14.]

2. Assinale a opção incorreta em relação à administração pública.

- A) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- B) Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação.
- C) É constitucional dispositivo de Constituição estadual que permite transposição, absorção ou aproveitamento de empregado público no quadro estatutário da administração pública estadual sem prévia aprovação em concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal.”
- D) É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata aprovada nas provas escritas que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.

Letra c.

Assunto abordado: Administração pública.

A) Certa.

É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido. [Súmula Vinculante n. 43.]

B) Certa.

Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação. [Súmula n. 15.]

C) Errada.

É inconstitucional dispositivo de Constituição estadual que permite transposição, absorção ou aproveitamento de empregado público no quadro estatutário da administração pública estadual sem prévia aprovação em concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal.” [RE 1.232.885, rel. min. Nunes Marques, j. 13-4-2023, P, DJE de 2-5-2023, Tema n. 1.128, com mérito julgado.]

D) Certa.

É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata aprovada nas provas escritas que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público. [RE 1.058.333, rel. min. Luiz Fux, j. 21-11-2018, P, DJE de 27-7-2020, Tema n. 973, com mérito julgado.] Vide RE 1.357.064 AgR, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 2-3-2022, 1ª T, DJE de 8-3-2022

3. Assinale a opção incorreta em relação ao mandado de segurança.

- A) O mandado de segurança é substitutivo de ação de cobrança.
- B) Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.
- C) Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.
- D) Não cabe mandado de segurança contra lei em tese.

Letra a.

Assunto abordado: Direitos individuais.

A) Errada.

O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança. [Súmula n. 269.]

B) Certa.

Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado. [Súmula n. 268.]

C) Certa.

Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição. [Súmula n. 267.]

D) Certa.

Não cabe mandado de segurança contra lei em tese. [Súmula n. 266.]

4. São características dos direitos sociais, exceto:

- A) os direitos sociais são direitos de primeira geração.
- B) a reserva do possível pode ser invocada para a implementação total dos direitos sociais.
- C) os direitos sociais asseguram a isonomia material.
- D) os direitos sociais podem ser questionados no Judiciário, no caso de omissão do Estado.

Letra a.

Assunto abordado: Direito sociais.

A) Errada. Os direitos sociais são direitos de segunda geração.

B) Certa. A reserva do possível pode ser invocada para a implementação total dos direitos sociais.

C) Certa. Os direitos sociais asseguram a isonomia material.

D) Certa. Os direitos sociais podem ser questionados no Judiciário, no caso de omissão do Estado.

5. Sobre as características dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- A) Os direitos de primeira geração são considerados prestações positivas do Estado.
- B) Os direitos sociais são direitos de terceira geração.
- C) Os direitos de segunda geração são marcados por uma abstenção do Estado.
- D) Os direitos sociais dependem de disponibilidade financeira para a sua implementação total.

Letra d.

Assunto abordado: Direitos fundamentais.

A) Errada. Os direitos de primeira geração são considerados prestações negativas ou uma abstenção do Estado.

B) Errada. Os direitos sociais são direitos de segunda geração.

C) Errada. Os direitos de segunda geração são marcados por uma prestação positiva, ou seja, por uma presença do Estado.

D) Certa. Os direitos sociais dependem de disponibilidade financeira para a sua implementação total. (Princípio da reserva do possível)

6. Segundo a Constituição Federal, são privativos de brasileiro nato os cargos, exceto:

- A) de Presidente e Vice-Presidente da República.
- B) de Presidente da Câmara dos Deputados.
- C) de Presidente do Senado Federal.
- D) de oficial da Polícia Militar.

Letra d.

Assunto abordado: Nacionalidade.

Segundo a Constituição, é privativo de brasileiro nato os cargos de oficiais das Forças Armadas (Exército, Marina e Aeronáutica).

Art. 12. CF, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

- I – de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II – de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III – de Presidente do Senado Federal;
- IV – de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V – da carreira diplomática;
- VI – de oficial das Forças Armadas.
- VII – de Ministro de Estado da Defesa. (Incluído pela Emenda Constitucional n. 23, de 1999)

7. Sobre os direitos políticos, assinale a opção incorreta.

- A) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- B) O Presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal, os prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

- C) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- D) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a justiça comum no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

Letra d.

Assunto abordado: Direitos políticos.

Quem julga a impugnação de mandato é a justiça eleitoral.

A) Certa.

Art. 14. CF, § 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

B) Certa.

Art. 14. CF, § 5º O Presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal, os prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 16, de 1997)

C) Certa.

Art. 14. CF, § 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

D) Errada.

Art. 14. CF, § 10 O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

DIREITO PENAL MILITAR
Cícero Coimbra

8. Na aplicação da lei penal militar, considera-se praticado o crime:

- A) no momento do resultado.
- B) no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado.
- C) no momento da ação e do resultado.
- D) no momento da omissão e do resultado.

Letra b.

Assunto abordado: Aplicação da lei penal militar.

A resposta está no art. 5º do Código Penal Militar, segundo o qual:

Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado.

Adotou-se a teoria da ação para o tempo do crime.

9. A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente:

- A) não se aplica retroativamente.
- B) aplica-se retroativamente, desde que já não tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.
- C) aplica-se retroativamente, exceto no momento da execução da pena.
- D) aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

Letra d.

Assunto abordado: Aplicação da lei penal militar.

A resposta está no art. 2º, § 1º, do Código Penal Militar, que trata da retroatividade da lei mais benigna, segundo o qual a lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

10. No interior de um quartel da Polícia Militar, um militar da ativa, de folga, pratica contra um civil, empregado de uma empresa terceirizada, sem a sua anuência, ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia, tendo sua conduta subsumida no crime de importunação sexual, do art. 215-A Código Penal comum. Neste caso:

- A) haverá crime comum, pois não há o crime de importunação sexual tipificado na parte especial do Código Penal Militar.
- B) não haverá crime militar, pois o autor do fato não estava em serviço.
- C) haverá crime comum, pois a Justiça Militar não processa e julga crimes contra a dignidade sexual.
- D) haverá crime militar, pois é considerado crime militar, também, aquele previsto na legislação penal comum, quando praticado por militar da ativa contra civil, militar da reserva ou militar reformado, em lugar sujeito à administração militar.

Letra d.

Assunto abordado: Aplicação da lei penal militar.

Com o advento da Lei n. 13.491, de 13 de outubro de 2017, passaram a ser considerados crimes militares em tempo de paz, além daqueles previstos no Código Penal Militar, os previstos na legislação penal comum, desde que praticados em uma das hipóteses do inciso II do art. 9º do referido Código. Entre essas hipóteses, na alínea “b” do inciso II do art. 9º do Código Penal Militar, está o fato praticado de militar da ativa contra civil, militar da reserva ou militar reformado, em lugar sujeito à administração militar.

11. No direito penal militar, o menor de 18 anos:

- A) é penalmente inimputável, ficando sujeito às normas estabelecidas na legislação especial.
- B) é penalmente imputável, desde que, já tendo completado dezesseis anos, revele suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento, caso em que a pena aplicável será diminuída de um terço até a metade.
- C) é penalmente imputável, desde que, já tendo completado quatorze anos, revele suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento, caso em que a pena aplicável será diminuída de um terço até a metade.
- D) é penalmente imputável, desde que, já tendo completado dezesseis anos, revele suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento, caso em que a pena aplicável será diminuída de um até dois terços.

Letra a.

Assunto abordado: Imputabilidade penal (maioridade penal).

A resposta está no art. 50 do Código Penal Militar, segundo o qual o menor de 18 (dezoito) anos é penalmente inimputável, ficando sujeito às normas estabelecidas na legislação especial. Esta redação foi dada pela Lei n. 14.688/2023, pois antes havia possibilidade, pela lei penal militar, de um menor de 18 anos ser responsabilizado criminalmente por delito militar, embora essa disposição não houvesse sido recepcionada pelo art. 228 da Constituição Federal.

12. Nos termos do Código Penal Militar, o agente que, voluntariamente, impede que o resultado se produza:

- A) responderá pelo crime consumado, prestigiando-se o desvalor da ação.
- B) apenas responderá pelos atos já praticados.
- C) responderá pelo crime que desejava praticar, sob a forma tentada.
- D) responderá pelo crime consumado, prestigiando-se o desvalor da intenção inicial.

Letra b.

Assunto abordado: Crime.

A resposta está no art. 31 do Código Penal Militar, que trata da desistência voluntária e do arrependimento eficaz. Segundo ele:

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fóruns de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora